

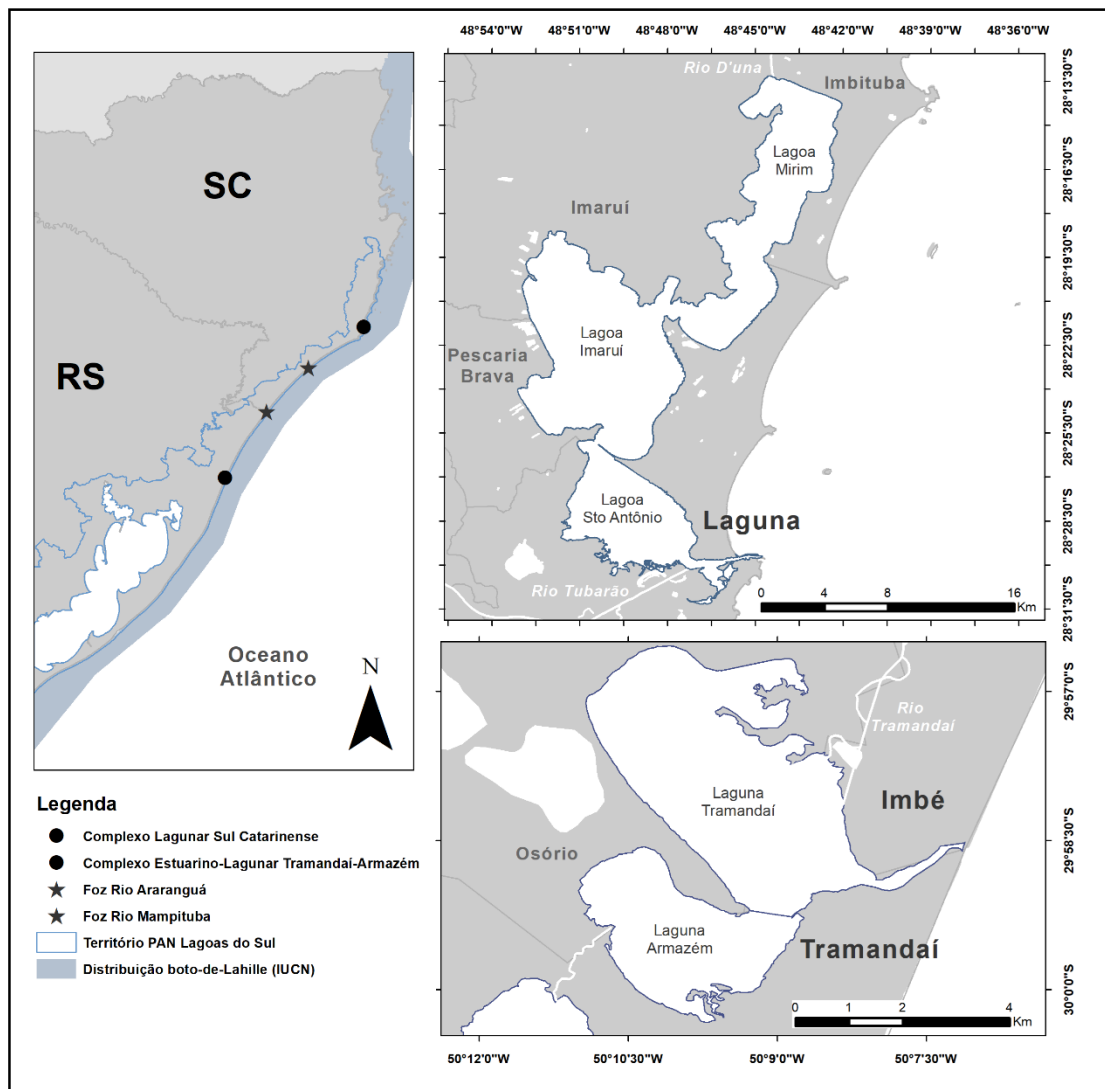
O CIRCUITO DO TRABALHO NA PESCA COM BOTOS¹

Bruno Guth Oliveira (UFSC)

Relações multiespécies. Trabalho. Pesca.

1. INTRODUÇÃO:

Figura 1 - Mapa das áreas de ocorrência de cooperação entre humanos e botos em Laguna (SC) e Tramandaí (RS)



Fonte: elaborado por Elisa Ilha para o projeto "Saberes e práticas tradicionais associadas à pesca com auxílio de botos em Laguna (SC) e demais ocorrências no Sul do Brasil".

Ao longo dos anos de 2024 e 2025, junto a um time composto por Caetano Sordi, Beatriz Búrigo, Viviane Vedana, Matheus da Rocha Montanari, Rafael Victorino Devos, Gabriel Coutinho Barbosa, além de pesquisadores de outras instituições e do domínio das

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

ciências biológicas, pude compor uma experiência etnográfica de pesquisa para o projeto de extensão "*Saberes e práticas tradicionais associadas à pesca com auxílio de botos em Laguna (SC) e demais ocorrências no Sul do Brasil*". Este projeto embasou a escrita de um dossiê de patrimonialização da pesca com auxílio de botos, bem como a produção de dois documentários, um curta e um longa-metragem, ambos encomendados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tratava-se de acompanhar uma relação muito peculiar estabelecida entre os chamados Botos-de-Lahille (*T. t. Gephyreus*) e pescadores humanos, na qual, ao longo da costa sul do Brasil, em especial em estuários entre o litoral norte do Rio Grande do Sul, no sistema estuário-lagunar Tramandaí-Armazém, e o litoral sul de Santa Catarina, no Complexo Lagunar Sul Catarinense, humanos e botos interatam colaborativamente na captura de peixes, em especial, as tainhas (*Mugil liza*).

A pesca colaborativa entre humanos e botos já é objeto de estudo das ciências biológicas e sociais desde pelo menos a década de 90, com produções que debruçam sobre os aspectos gerais desta relação (Pryor *et al*, 1990), seus modos de cooperação e compartilhamento de recursos (Peterson, Hanazaki, Simões-Lopes, 2008), até, mais recentemente, trabalhos como os de Brisa Catão (2019) que se ocupam dos múltiplos aspectos que concernem as minúcias da relação entre humano e animal, modos de reconhecimento e nomeação dos botos, relações de gênero, técnicas de pesca e histórias que se cruzam ao longo de vidas inteiras.

As preocupações de minha pesquisa giram em torno da necessidade de uma revisão de categorias analíticas da antropologia frente às relações com as quais nos defrontamos em campo, em especial, no que diz respeito ao tratamento que damos ao "trabalho" quando confrontado com tal cooperação entre espécies distintas na pesca colaborativa. Pudemos observar, em diversos momentos, que ao tratar da atividade dos botos na pesca colaborativa os pescadores se utilizavam da palavra "trabalho" para explicar seu comportamento junto aos humanos. Acontece que, na pesca com botos, não é somente o aspecto humano do trabalho que movimenta e perpetua este arranjo complexo de gestos e sinais.

Aqui, não se pode desenhar tão nitidamente a linha que separa o que o humano emprega de "natural" e o que os botos empregam de "cultural" para que tal colaboração aconteça. Os botos tem uma agência nesta pesca, e seu comportamento não pode ser "capturado" por nossas habituais categorias psicologizantes, ou mesmo pelos clichês da psicologia behaviorista, comumente empregada para compreender as dinâmicas básicas do comportamento animal. Por isto, seria um erro imputar ao humano a função de "mando", de

comando das interações, verticalmente posicionado acima dos botos. A particularidade dessa forma de vida é que ela é baseada principalmente em seu caráter dialógico, imanente, portanto, na comunicação entre humanos, cetáceos e ambiente. Trata-se de um problema clássico para a antropologia, onde o que aparece em campo transborda o dualismo metafísico no qual humano e natureza são mutuamente excludentes (Ingold, 2022).

1.1. A PERGUNTA SOBRE O TRABALHO

“A primeira coisa que eu faço é me acordar e eu vou lá, cara. Depois eu posso vir até em casa e ficar a tarde toda. Dificilmente quando eu venho a tarde para casa, dificilmente eu volto. Só se assim: ‘Ah, vai dar peixe’, aí eu volto. Se não, se eu vejo que não vai dar peixe, eu nem volto. Mas de manhã eu vou lá, às 7 horas já estou lá. 7, 6:30. É uma cachaça, cara. Só que é uma cachaça boa, né? Saudável.” (Safico, entrevista transcrita em 11/06/2025)

A fala de Safico é emblemática da maneira com a qual grupos de pescadores tradicionais lidam com o tempo de trabalho e de lazer, e como este trato não se enquadra no tratamento corriqueiro de uma dicotomia absoluta entre o “bom” tempo de lazer e o tempo “ruim” de trabalho, oriundo de uma racionalidade econômica tipicamente capitalista. A organização social do trabalho, não assalariado, muitas vezes mesmo sem vínculo formal, sem carteirinha de pesca, depende em grande medida dos laços que se constituem ao longo de anos, de várias temporadas de pesca entre camaradas, também representativa do que Ramalho (2015) irá chamar de “contra-racionalidade dos pescadores artesanais”.

Operando nas franjas do processo totalizante do capital, constituindo assim uma forma de vida na qual trabalho, vida e lazer não se encontram em oposição, mas sim em uma certa complementaridade, de forma que sua atividade econômica é uma das dimensões de sua cultura em que se cruzam valores morais, estéticos e sociais muito amplos, os pescadores de Laguna (SC), Tramandaí (RS) e demais localidades ao longo da costa sul do Brasil puderam estabelecer relações de trabalho muito peculiares com pescadores não-humanos. A pesca com botos não funciona conforme uma lógica regrada de administração do tempo e, muitas vezes, toma para os pescadores uma forma quase lúdica. Por comandarem o uso de suas próprias energias vitais, empregando seu corpo e suas habilidades para a captura dos peixes e também para o estabelecimento de uma forma de comunicação única com os humanos, os botos não estariam sujeitos ao ritmo alienante da produção capitalista, mas, não obstante, de acordo com os pescadores, eles trabalham.

A pergunta sobre se e como botos trabalham visa não apenas responder, para fins pragmáticos, qual seria o estatuto de sua atividade junto aos pescadores. É uma pergunta que movimenta um entendimento já muito claro para os humanos que estão envolvidos nesta forma de pesca: de que os animais também estão ativamente implicados na relação. Perguntas sobre o significado da exploração do animal, diz Vinciane Despret (2021), se fazem manifestas justamente nos lugares de grande maus-tratos, engendrando uma lógica capitalista de produção a qualquer preço e competição a qualquer custo. Porém, extraordinariamente, em Laguna, Araranguá, Tramandaí e nas demais localidades ao longo da costa no Sul brasileiro onde essa pesca acontece é justamente o contrário que desperta o interesse sobre o trabalho dos animais. Em seu seminal artigo *Problems in Cetacean and Other Mammalian Communication* de 1966, emerge na investigação de Gregory Bateson (2025) entre os cetáceos um problema que se tornaria de fundamental importância na compreensão do comportamento dos *Gephyreus* estudados no presente trabalho: seu “grau extra de liberdade” comparado a outros mamíferos, o que se faz ver no dia a dia das barras onde pescadores e botos interagem. Diferente do caso das vacas de Jocelyne Porcher, ou dos cães e cavalos de Jérôme Michalon, pesquisas nas quais mostrou-se o caráter *invisível* do trabalho dos animais, salvo nos momentos em que algo dá “errado” ou foge do controle (Despret, 2021), o trabalho dos botos do Sul brasileiro é plenamente visível em toda a sequência de gestos que compõe a pesca colaborativa. O interesse sobre seu trabalho é imediato.

Os mares há muito representam um limite ou mesmo como um “duplo” para a “cultura” (Helmreich, 2011). Como um resquício de “natureza” a ser trazido sob controle por aqueles que habitam a terra firme sob seus pés, até mesmo atividades de coleta de recursos alimentares silvestres, tal qual a pesca, como observa Tim Ingold (2022), são comumente associadas às atividades de animais não humanos. Se voltarmos um passo atrás, em sua expressão mais simples, o trabalho para Marx (1975) é metabolismo: intercâmbio de energia, acumulação e dispêndio de forças naturais. Mas, como neste escopo a preocupação é com a forma especificamente humana de trabalho, importa a anteposição do objeto situado idealmente: o que distingue o humano do animal, suas forças físicas e espirituais, não é apenas a capacidade de alteração de forma na matéria, mas a capacidade de alteração efetiva no natural. O trabalhador e sua vontade (de um lado) e as coisas (do outro) perdem sua autonomia para transformarem-se em momentos de um processo mais amplo. Assim, os momentos essenciais do processo de trabalho são *a atividade (trabalho), seu objeto e meio*. Num cenário de pesca,

por exemplo, o peixe não é tanto um “presente da natureza”, mas ao ser considerado como objeto já se insere enquanto objeto “coisificado” num novo ciclo, ao separá-lo de seu “contexto mecânico”, a água. Do ponto de vista do processo produtivo os objetos passam a configurar um *meio de produção* (Marx, 1996), o peixe incorpora as propriedades necessárias para a efetivação (*werwirklicht*) do trabalho de pesca, porque ocorre na coisa – já humanizada – um processo de abstração dentro da realidade do trabalho.

Mas a realidade do trabalho na pesca com botos não é somente humana, e aqui, não se pode desenhar tão nitidamente a linha que separa o que o humano emprega de “natural” e o que os botos empregam de “cultural” para que a pesca colaborativa aconteça. Há, pelo lado humano, uma produção de sentido fundada no comportamento normativo de seres racionais (Wittgenstein, 1975) que no caso de Laguna (SC), Tramandaí (RS) etc. subsidia e constitui uma verdadeira forma de vida (*lebensform*) multiespecífica. Por outro lado, sendo a normatização do comportamento uma formalização racional das interações, há de se considerar a agência dos botos na relação de aprendizado bilateral ali estabelecida, que é o problema central da discussão sobre comunicação, e que, portanto, só será propriamente tratada se a considerarmos nos termos de uma ecologia da mente na qual todo o entorno que fundamenta essa prática de pesca funciona como um sistema mental.

"A epistemologia cibernética que apresentei aqui parece indicar um novo caminho. A mente individual é imanente, mas não apenas no corpo. É imanente também nas vias e mensagens fora do corpo; e há uma Mente maior da qual a mente individual é apenas um subsistema. Essa Mente maior é comparável a Deus e talvez seja o que algumas pessoas queiram dizer com “Deus”, mas ainda assim é imanente no sistema social e na ecologia planetária totais e interconectados." (Bateson, 2025, p. 458)

A forma de vida implicada na pesca colaborativa aqui estudada é uma em que o ambiente está vivo e em que são estabelecidas relações com este tal qual se estabelecem relações entre pessoas. Há uma certa confiança (Ingold, 2022) implicada no engajamento com a alteridade animal aqui, pensados antes como *habitantes* (Heidegger, 2012) autônomos deste mundo do que como subservientes à vontade humana ou mesmo recursos a serem explorados.

“Eles gostam de pescar com o pessoal, com as pessoas que estão ali. Eles gostam. Já se acostumaram tanto que, quando eles chegam ali e não tem ninguém, eles vão embora logo. E quando tem gente, eles ficam, nem que seja brincando, eles ficam pulando sem nada.” (Safico, entrevista transcrita em 11/06/2025)

Esta relação perpassa toda a comunicação entre humanos e botos aqui estudada. Para tanto, uma análise deste sistema mental exige que ampliemos nosso escopo para além de uma analítica do “espírito humano” – como a força motriz de um “ato isolado de produção” tornado substância – em direção ao circuito de relações que compõem a rede de relações nas quais o agente conta como trabalhador, como força de trabalho, e no qual, aqui, o boto *conta como* pescador.

1.2. CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

A forma como engajamos com as relações com as quais nos defrontamos em campo implica uma perspectiva “expansiva” do Eu, de forma a defrontar-se consigo mesmo enquanto objeto do entendimento através da presença conceitualmente mediada de outros *Eus*, como um objeto em conexão com outros objetos dentro de uma realidade inteligível. Dito de outra maneira: trata-se da crítica e suspensão de todos os aspectos locais e acidentais da “subjatividade transcendental”, de modo a mover-se cada vez mais longe de formas simples e imediatas da consciência-de-si. Trata-se de apreender os aspectos do sistema mental que o solidificam enquanto experiência vivida, como práxis, que só pode efetivar-se com o engajamento ativo também enquanto práxis. Neste ponto, vale retomar a crítica de Giannotti à dicotomia entre objeto teórico e objeto real em Althusser (Giannotti, 1980). Se é na malha de articulações entre *concreto* e *universal fundado* que se situa o objeto social, não como coisa abstrata que se extrai do concreto, mas como um *conceito* entremeado na realidade social de forma concreta, então, o fenômeno social que inicialmente nos aparece como dado se mostrará, quando superada sua imediatez, um Ser-posto (*Gesetzsein*). A tendência a tomar o mapa pelo território deve ser sublimada através da percepção do processo através do qual as relações se enrijecem e passam a ser como que resumidas sob uma *forma*. Somente assim se poderá partir do *Dasein* em direção ao *Gesetzsein*, de volta ao *Dasein*, ou, como já delineado anteriormente por Marx em um de seus escritos metodológicos:

“Se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porem com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.” (Marx, 1974, p. 122)

Em campo, passamos a integrar um circuito, na beira da praia, entre as tarrafas, junto aos pescadores debaixo do abrigo, sendo cortados pelos ventos e pisando em bancos de areia nos locais onde a água ainda permite que se ande até a beira do canal e desenvolvendo habilidades perceptivas com a mediação dos pescadores e mesmo dos botos. Diferentes dos pescadores, que empregam seu corpo e suas redes para a comunicação com os botos e a captura de peixes, as habilidades desenvolvidas na beira da barra pelos antropólogos que integraram ao projeto se direcionam a aprender a *ver* e *ouvir*, que não depende apenas de capacidades oculares ou auditivas, mas justamente de se situar de maneira síncrona junto aos demais processos e acontecimentos ecológicos que regulam o emprego da percepção para a pesca.

De início, este processo de sincronização com o ambiente se dá pela observação dos pescadores, aos sinais do ambiente que estes julgam importantes, à maneira com a qual eles se posicionam, e, depois de posicionados, como sincronizam entre si sua atenção aos sinais dos botos. O primeiro desafio foi atentar-se ao gesto técnico que inicia toda a sequência de operações da pesca: *saber* onde o boto vai pular. Isto irá depender de múltiplos condicionantes, como a direção dos ventos naquele dia, o comportamento e a quantidade de peixes que serão “encurralados”, mesmo a posição que os pescadores assumiram na beira da praia, seja submersos, seja embarcados. Simultaneamente ao posicionamento estratégico dos pescadores com suas tarrafas, a percepção dos antropólogos também estava sendo testada, mas para capturas em áudio da paisagem sonora bem como para a captura fotográfica dos gestos técnicos dos botos e dos pescadores, posicionando-se de maneira que seja capaz de capturar a amplitude destes movimentos.

Um segundo desafio era o de *capturar* o movimento do pescador e do boto através da fotografia, áudio e vídeo de maneira que se fizesse sentir o peso do tarrapear do pescador ou o pular do boto, o som da tarrafa atingindo a superfície da água, dos chamados dos botos, bem como o sentido de suas trajetórias. Aqui, câmera e microfone figuraram como instrumentos de ação rápida que, caso operada com precisão, poderia efetivar a captura de imagens e áudios satisfatórios. Se, para o pescador, a sinalização do boto e o esquivar-se dos peixes são percebidos rapidamente e em movimento síncrono com o ambiente, para os antropólogos com suas câmeras e microfones, todos estes movimentos são intermediados pela conduta do pescador e do boto como centros gravitacionais ao redor dos quais giram demais acontecimentos ecológicos a serem percebidos e “capturados”.

Para mim, na beira da praia, a importância da câmera nesta pesquisa residia no fato de que como um corpo que pode tanto tocar seu entorno quanto ser tocado por ele (Devos; Vedana; Barbosa 2016) ela impunha restrições a seu manejo, ao fim, regulando uma conduta, uma série de gestos que me punha em vias de sincronizar-se ao ritmo da paisagem costeira: a direção e intensidade dos ventos, a maré, as aves que habitam as barras, os próprios pescadores e botos que em sua troca de sinais delimitam o plano de trabalho em que interagem como iguais. Nas palavras de Carlos Sautchuk (2012), trata-se de uma forma de “aproximação etnográfica *através* da operação dos dispositivos de produção de imagens”. Este instrumento não aparece para o campo apenas como um intermediário entre “pesquisador” e “pesquisado”, mas sim como meio de transformação do próprio etnógrafo em atividade.

Inevitavelmente, existem diferenças fundamentais entre o trabalho do antropólogo no esquema operatório e o trabalho do pescador e do boto. Poderíamos caracterizar aqui o tipo de operação da qual o antropólogo-câmera participa, também nos termos de Sautchuk (2012) apoiado em Gibson, como *affordances*, aqui, de “4º grau”, que só encontram seu sentido em relação aos sinais que os peixes dão e que implicam na ação dos botos (1º grau), que por sua vez sinalizam e “affordam” o pescador (2º grau), cujos comportamentos implicam um certo efeito no comportamento dos peixes (3º grau). O gesto do pescador se estende para debaixo d’água, onde, com sua tarrafa, alcança o peixe. O gesto do antropólogo-câmera (Sautchuk, 2012) não consegue chegar tão longe. Pescadores experientes como Safico chegaram a afirmar que a tarrafa funciona como uma extensão de seus sentidos, de forma a fazê-lo “sentir” a presença dos peixes capturados debaixo d’água. Os sinais podem aparecer, tanto ao pescador quanto ao antropólogo como “revelação” (Bateson, 2025), mas apenas ao pescador esta revelação pode converter-se em captura efetiva dos peixes.

Numa paisagem de relações técnicas, o antropólogo-câmera passa a integrar-se ao ambiente também como relação técnica. Assim, sincronizando-se ao ritmo dos gestos técnicos, a analítica do trabalho volta ao centro do circuito, equilibrando funcionalmente as demais operações que a circulam. De repente, a espera passiva pelo início abrupto das sequências de movimentos que acoplam pescador-tarrafa-peixe-boto dá lugar a uma antecipação por parte do antropólogo-câmera. Este adentra o circuito do trabalho e emprega sua percepção na decifração dos sinais do ambiente para enfim, direcionar sua captura para o entorno detrás do qual o boto saltará para sinalizar o momento oportuno para o pescador atirar sua tarrafa contra os peixes. As limitações do dispositivo exigem do antropólogo que este seja familiarizado com a “tensão”

no ar que antecipa o saltar e o tarrafejar. Somente assim pode-se “olhar” para onde se deve “olhar”.

Enfim, vale dizer que a essência do momento etnográfico (Strathern, 2017) é a inter-relação que se estabelece entre os dois campos distintos no momento da escrita – que por sua vez já começa “em campo” –, ou seja, juntar o que é entendido (o que é analisado no momento da observação) e a necessidade de entender (o que é observado no momento da análise). O momento de “retorno ao campo” através da escrita é algo como uma *recherche* proustiana, uma dialética entre o esquecimento e a rememoração do vivido e do experienciado, onde a escrita é a marca das intermitências da ação, que por sua vez, são “o padrão invertido da tapeçaria” (Benjamin, 1987) que é tecida pela memória. Essa pesquisa, então, assume o risco da incompletude que advém da diferença entre estes “dois campos”, cada um com sua própria dinâmica e trajetória e experienciados de maneiras muito dissonantes, em especial, tratando-se de um campo no qual vários antropólogos estiveram juntos integrando o mesmo circuito, posicionados de formas diferentes. Não obstante, os antropólogos habitam o campo, e é na dissonância entre estes modos distintos de habitar que é possível apreender os vários aspectos da práxis nativa que aparecem enquanto acontecimento. O trabalho se impõe como eixo tanto do habitar, quanto da análise, porquê é a partir dele que o ambiente pode ser habitado, como também, sem ele, não há análise que possa ser desenvolvida.

Pensar a mente em um enquadramento cibernético é pensar um modelo social ontologicamente constituído pelo espaço semântico de uma linguagem pública (Wittgenstein, 1975), verbal ou não verbal, como condição formal da possibilidade da mente em termos funcionais (Negarestani, 2018). Capturar este circuito de relações através do exame das condições necessárias da mente ou de um “sistema mental” se torna possível na medida em que acompanhamos o processo de maturação deste sistema (Whitehouse *apud* Ingold), que coincide com o entendimento e elaboração do link entre “inteligência” e “inteligível” (Negarestani, 2018). Entre pescadores e botos, este link pode ser estabelecido por meio da apreensão dos componentes práticos desta forma de vida através da imersão etnográfica. Fazer tocar a inteligência e o inteligível é, para o antropólogo, uma tarefa de significância teórica, prática e axiológica. Se a antropologia – “a filosofia com as pessoas dentro”, conforme Ingold (2019) – é capaz desta operação, é graças ao engajamento do pesquisador com o circuito de relações que fundamenta esta rede de significados e constitui esta práxis, enquanto etnógrafo.

Um sistema mental estrutura suas atividades e encontra os limites das realizabilidades de suas ações conforme restrições (*constraints*) tanto materiais, quanto lógico-semânticas. Tanto para Bateson quanto para Negarestani, a mente assume um caráter de *projeto* que implica seu tratamento como um complexo sistema multi-agentes, constituído e constituinte de vários tipos de interações entre componentes locais, passíveis de serem analisadas formalmente, em termos lógicos, linguísticos e computacionais, a fim de desfazer-se precisamente do dado imediato, em direção à concepção mediada. Não se trata de reduzir um aspecto ao outro, se trata de tornar-se inteligível num mundo inteligível, tornar-se artefato de seu próprio conceito, o que inclui também o antropólogo entalhado dentre os fios vitais de uma paisagem como as que estivemos imersos nos anos de campo.

2. MENTE E ESQUEMA OPERATÓRIO

2.1. A PAISAGEM E OS PESCADORES

Pescar envolve perceber um ambiente em constante formação pela incidência de forças materiais e atmosféricas, bem como a ação de diversos seres que se encontram pela praia. Não se trata somente de uma relação direta entre pescadores e peixes, mas sim, de uma miríade de relações que se implicam e se agenciam. “O pescador é um cara...” – nas palavras de França, pescador de Tramandaí – “que enxerga além do que enxergar um peixe nadando na água”. O pescador é como que um tecelão, na medida em que “amarra” este agregado de fios vitais que é a paisagem costeira estando posicionado junto a ela de forma imanente (Ingold, 2018). Seu perceber não é passivo, pelo contrário, envolve o desenvolvimento de modos de atenção em operação com um ou mais sistemas perceptuais, como ao dos pássaros ou mesmo dos próprios peixes, ajustando seus gestos, posturas e movimentos aos sinais de acontecimentos ecológicos e às tensões que estes processos introduzem na paisagem (Devos, Barbosa, Vedana, 2019).

Tal paisagem, essencialmente sazonal, é cortada por sinais dos quais os pescadores estão sempre e constantemente conscientes. “Por que eles querem o vento sul aqui na Laguna?”, introduz Safico, “porque o vento sul mexe com a lagoa”. Justamente por que marca o período de procriação das tainhas que entram do mar aberto para a lagoa, trata-se de um vento que vêm para “mudar a quadra”, como expressa o pescador Comunidade, ou seja, vento, para a pesca, indica movimento, introduz um fluxo que, junto à “quebra da maré” é o principal indicativo do trânsito dos peixes, seja de dentro da lagoa para o mar a fora, quanto do mar para dentro da lagoa. “Pode dar muito, pode dar pouco” – explicou-nos numa das visitas de campo em maio de 2025 – mas sempre na quebrada da maré vai morrer uns peixes ali”. A pesca se fundamenta

num quadro perceptivo complexo que envolve um estabelecimento de uma certa sincronidade com o ritmo da paisagem costeira (Devos, Barbosa, Vedana, 2019), descoberta e redescoberta a cada temporada, experienciada e trabalhada de forma única, sem perder, no entanto, o que há de comum.

“Eu tenho 40 anos de barra. Eu tenho um conhecimento muito grande daquilo ali, e cada dia que passa a gente está aprendendo ainda. E cada dia que passa tu vê coisas novas: mudanças de água, vem cor de água, vem algas diferentes que a gente não conhece, vem pássaros diferentes que a gente não conhece, nunca viu, aparece ali.”
(França, entrevista transcrita em 30/09/2024)

A chegada de ventos frios, correntes de água gelada, trazendo consigo cardumes de tainhas, seguidas por golfinhos, gaivotas, e outras aves marinhas compõe toda uma sucessão de acontecimentos ecológicos que introduzem mudanças sutis nos padrões de movimento ao qual os pescadores devem atentar-se. Estas presenças insistem na paisagem na forma de texturas que se fazem vistas sob a lâmina da água, de superfícies que se fazem sentir sob os pés em bancos de areia, sons que se fazem ouvir através do chamado das gaivotas (e outros pássaros), temperaturas que se experienciam na pele com os frios ventos que vêm do Sul, enfim, como acontecimentos nas franjas do sentido (Deleuze, 2009), através dos quais mundos podem comunicar-se na pela diferença que marca sua alteridade.

Considerando os aspectos que *fazem* a paisagem, em seu caráter integrador, seja entre mar e lagoa, seja entre água e areia, ou entre céu, ventos e chão, poderíamos nos perguntar: seria justo afirmar que o que conta é o que está debaixo da lâmina d’água? Os peixes, as algas e demais organismos que habitam o estuário sem dúvidas lhe dão “força de vida”, mas também as estruturas artificiais humanas. É, por exemplo, nos constantes reforços das amarras que mantém a estrutura de bambus do abrigo dos pescadores em pé que o espaço vivido encontra seu “ritmo”, ou mesmo no sangue derramado de uma tainha, que tendo sua cabeça cortada acopla-se às tábuas da bancada que antes o pescador usara para descansar sua tarrafa, que, por sua vez, acopla-o ao mar e aos peixes (Deleuze, 2011). Sob nossos olhos, o espaço se desfaz, “vazando” por entre os poros de sua aparente forma singularmente contida e inerte (Ingold, 2018).

Estando imerso numa comunidade de pescadores, experienciando o dia a dia na beira da praia, interagindo com os objetos técnicos que os pais e amigos empregam na captura de peixes, o jovem que se inicia na pesca forma-se num entorno que desde cedo educa sua atenção para os múltiplos processos que se implicam no ofício da pesca. Nem sempre diretamente, de pai

para filho, mas sim por toda uma comunidade é ensinado o pescar. Não é raro ouvir dos pescadores que estes aprenderam “sozinhos”, recorrendo à observação dos amigos na beira da praia “aprendendo um pouquinho”, cada vez mais “no dia-a-dia”, com os conhecidos, como nas palavras de Graxa, de Tramandaí. A maioria dos pescadores foram iniciados na pesca pela geração seus pais na adolescência ou ainda na infância. Como no caso de Kauan, também seu pai “com uns sete ou oito anos” manifestou sua vontade de pescar, inicialmente como uma curiosidade pela atividade, mas também, inevitavelmente, pelo fascínio com a relação estabelecida entre os pescadores com o ambiente num sentido mais amplo, sempre mediado por uma variedade de objetos técnicos:

“Quando eu fiz dez anos. Ele [o pai] bem assim: ‘Eu vou te dar essa tarrafa, mas não vai atrapalhar o pescador ali’. Era bem ali. Tinha um alagadinho ali, e o pessoal corria na beirada da água. E ele bem assim: ‘Tu não bota na frente deles, bota pra trás’. E eu botava pra trás, do alagadinho ali, e não atrapalhava os caras. Daí ele bem assim: ‘É assim que eu quero’, pra mim, senão ele iria tirar minha tarrafa. Daí fui aprendendo, fui crescendo... Aí fui aprendendo com o pessoal, só aprendendo, porque ninguém me ensinou. Só ele que me incentivou, para mim tarrafeare, mas também não me ensinou. Me deu a tarrafa para mim aprender sozinho. E o Kauan a mesma coisa. Começou com a mesma idade que eu, e aprendeu olhando os outros tarrafearem, mas sempre se espelhando em mim. Ele só dizia pros outros: ‘Meu pai é muito bom, meu pai é muito bom’ ele falava. Fala até hoje.” (Valdomiro, entrevista transcrita 10/05/2025)

A paisagem toma forma, e o habitar característico aos pescadores faz-se ver nos objetos à disposição sobre a areia. As bateiras ancoradas onde as águas rasas ainda permitem que se caminhe na beira do canal, o abrigo construído com bambus e lonas sob a casuarina, com um banco de madeira improvisado, construído com uma viga de madeira velha equilibrada em blocos de pavimentação sextavados, a bicicleta encostada, enfim, elementos dispostos de forma espontânea, mas ao mesmo tempo intrincadamente trabalhados – como as tarrafas –, resolvem, sob a forma de coisas, o movimento característico deste reunir-se ao mundo em sua mundificação (Ingold, 2018; Heidegger, 2012).

A iniciação do jovem à pesca é um processo de integração a um campo de prática constituído pelas atividades de seus antepassados que, na reiteração recursiva de sua forma de vida *estabelece* o ambiente (Ingold, 2010). O “trabalho de maturação” (Whitehouse *apud* Ingold, 2010), portanto, através do qual o jovem pescador desenvolve suas habilidades com a mediação dos pescadores experientes toma a forma de uma constante redescoberta orientada do mundo – nas palavras de Ingold – e é parte da auto-organização dinâmica deste emaranhado de relacionamentos acoplados e entrecortados que é o ambiente.

Figura 2 - Bateira ancorada na faixa de areia da barra da Tesoura



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), abril de 2025.

Figura 3 - Abrigo dos pescadores na barra da Tesoura



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

Figura 4 - Bancada de corte de peixe na barra da Tesoura



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

Figura 5 - Pescador fazendo o corte de uma tainha a barra da Tesoura



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

Naturalmente, parte deste processo imanente de mundificação envolve integrar-se também *funcionalmente* ao ambiente. Aprender a pescar é educar o corpo, mas a fronteira absoluta entre corpo e ambiente se pulveriza partir do momento que nossa atenção se volta em direção aos processos materiais em fluxo que dão forma às coisas (Ingold, 2018, Bateson,

2025). Educar o corpo e educar a atenção implicam em sincronizar-se aos ritmos destes fluxos. O tarrafejar é um modo de situar-se na paisagem constituindo através da pesca um sistema total, parafraseando Bateson (2025), composto por “mar-vento-peixes-olhos-cérebros-músculos-tarrafa-peixes-mar”, ou por muitos outros componentes circuitados. A tarrafa e o próprio corpo do pescador são estipulados funcionalmente dentro desta totalidade aberta de forma a integrar aquilo que J.A. Giannotti chama de *esquema operatório* (Giannotti, 1983). Acontece que a técnica e o material (Ingold, 2012) estão entremeados de tal forma que o que decide sobre a possibilidade mesma das formas de se pescar são, antes de mais nada, as restrições (*constraints*) que o corpo e a ferramenta imputam um ao outro. Atenta-se ao tipo de tarrafa, determinado pelo seu emprego para tal ou qual situação determinada por aspectos sazonais da pesca da tainha.

“Se usa tarrafa de argola quando dá uma maré de enchente com água clara, ou quando dá o vento terral, que é o minuano. Que às vezes vai dar uma descida de peixe no meio de maio. Aí o cara anda com a tarrafa de argola. Com as duas, né? Anda com a tarrafa de rufo² e com a tarrafa de argola³. Mas a de argola tem chance de dar uma tarrafeada maior. Se vai vir 50 numa tarrafa de rufo, na tarrafa de argola, às vem 80, 100. Porque ela ensaca, né? Já a tarrafa de rufo, tu tem que xulhar mais pra ela, pra ela ir com o rufo.” (Valdomiro, entrevista transcrita 10/05/2025)

O petrecho que nas tarrafas de rufo funciona para fechar a “bolsa” da tarrafa é pensado para águas rasas, em especial, locais onde a rede pode chegar até o fundo, portanto, deve ser operado lentamente. Este movimento é o que garante o “aprisionamento” dos peixes. Capturados os peixes, a operação de *xulhar*, que, como explicado por Kauan, filho de Valdomiro, “é puxar na maciota, na manha” é essencial para evitar que estes escapem da rede. A de argola, por outro lado, deve ser operada com uma certa velocidade, e é pensada para a captura de peixes em locais onde a correnteza é uma das forças com as quais o pescador se defronta. Em ambas as tarrafas o que importa é que “ela [caia] aberta redondinha em cima d’água”, como explica Braz, um dos mais antigos pescadores de Laguna. “No que a gente, aí ela pegou o peixe, a gente vai puxando o peixe vai ficando preso nessa, fazendo uma bolsa.”

“[De argola] Essa aqui é malha pequena, porque? As vezes tem cardosa, tem gordinho um peixe pequeno que não cresce mais do que aquilo, e é um peixe muito gostosinho frito. Então eu fiz ela justamente pra pegar esses peixes ó a malhinha dela, é a ponta

² “A tarrafa de rufo possui esse nome porque na borda da rede possui uma bolsa onde o pescado fica retido. Da tralha da panagem partem pequenos fios (rufos) que são presos à malha pela parte interna da panagem, formando essa bolsa.” (Epagri, 2014).

³ “Nessa tarrafa os rufos são corrediços e ficam na parte interna, indo da chumada até uma argola localizada próxima ao fiel. Quando é içada, puxam-se juntamente os rufos, fechando totalmente essa rede, formando uma grande bolsa, o que facilita a retenção do pescado.” (Epagri, 2014).

desses dedos aqui, mas ela pega até o camarão, pega o peixe rei, pega tudo, entendeu? Mas pega tainha também, o que “trapar” vem aqui.” (Braz, entrevista de 05/2025)

Fundamentalmente, a habilidade de tarrapear depende de diversas resistências que constroem os movimentos do corpo do pescador, a força que este regula para o arremesso, bem como os micro-movimentos envolvidos no “fazer a tarrafa abrir-se” no ar, prestando atenção aos pesos (chumbada) distribuídos pela forma circular da malha de rede. A ação desenvolve forças que se antepõem à gravidade e imprime uma direção à tarrafa de modo que esta, ao encontrar o sentido de sua trajetória, desabrocha como que numa *nastia*⁴ artificial em meios de “devorar” os peixes que se encontram sobre seu arco.

No caso do pescador “isolado” as condições de reiteração do processo estão dadas pela força do arremesso e a capacidade de resistência do cardume à tarrafa. A repetição e constituição de uma trajetória mais ou menos permanente cria um circuito onde interatuam homem e objeto de forma que o arranjo de forças postas em jogo em fricção seja suficientemente recursivo para engessar uma prática, um comportamento. A pesca com tarrafa é, portanto, “solitária”. Diferente da modalidade de pesca de arrasto – na qual uma série de pescadores agem de forma conjunta e coordenada na operação de um mesmo objeto técnico – a rede aqui é *uma* ferramenta para *um* pescador.

Não obstante, a pesca em Laguna funciona conforme uma organização através da qual os pescadores lançam sequencialmente suas tarrafas sob uma ordem de prioridade determinada pelo sistema que estes chamam de “vagas”. Conforme este sistema, especialmente na Tesoura, forma-se uma fila de pescadores que, um ao lado do outro, mantêm-se em distância em relação aos seus vizinhos, reservando um certo espaço para que se possa executar o movimento do tarrapear na amplitude necessária para que esta possa se abrir completamente sem que invada a vaga dos mais próximos (Figura 6). A prioridade das vagas diz respeito especialmente à ordem de chegada, sendo os pescadores que se adiantam os que podem usufruir de uma posição privilegiada para tarrapear, em geral, em posições onde os peixes costumam “se esconder”, obtendo assim maior chance de captura. Também na *pesca da batida* na “Praia do 2” vige o sistema de vagas, com a diferença de que o número destas diminui drasticamente graças à

⁴ Movimento de “fechar a boca” de uma planta carnívora.

presença das embarcações. Da mesma forma, os pescadores ancoram suas *bateiras*⁵ (Figura 7) um ao lado do outro de forma a posicionar-se de maneira conveniente ao longo de uma fila.

“Na batida é assim, quando um boto pega um cardume de peixe, uma malha de peixe, o primeiro da vez tem que tarrafeiar, pra depois o da revessa ou da cabeça, todos os dois vão tarrafeiar na sequência junto, um de cada vez na batida, mas primeiro tem que cair a tarrafa [da vez]. [...] O da vez é o primeiro, tem o da revessa e o da cabeça tem que esperar dar turno, porque o da cabeça é a segunda pessoa a tarrafeiar depois da batida, o da batida tarrafeou, aí o da cabeça vem pra vez, o da revessa fica pra cabeça, o da batida fica na revessa. É tudo assim, e quando vai chegando gente se o cara tá da revessa “ah vou chegar de quarto”, aí pergunta o cara que é o último “vais tarrafeiar revessa?” Aí se fala não, aí eu vou tarrafeiar revessa pra não perder a vez dele, porque se ele tarrafeiar revessa ele perde a vez, aí eu fico já de terceiro, é tudo um esquema, um bem bolado.” (Gegê, entrevista de 17/05/2025)

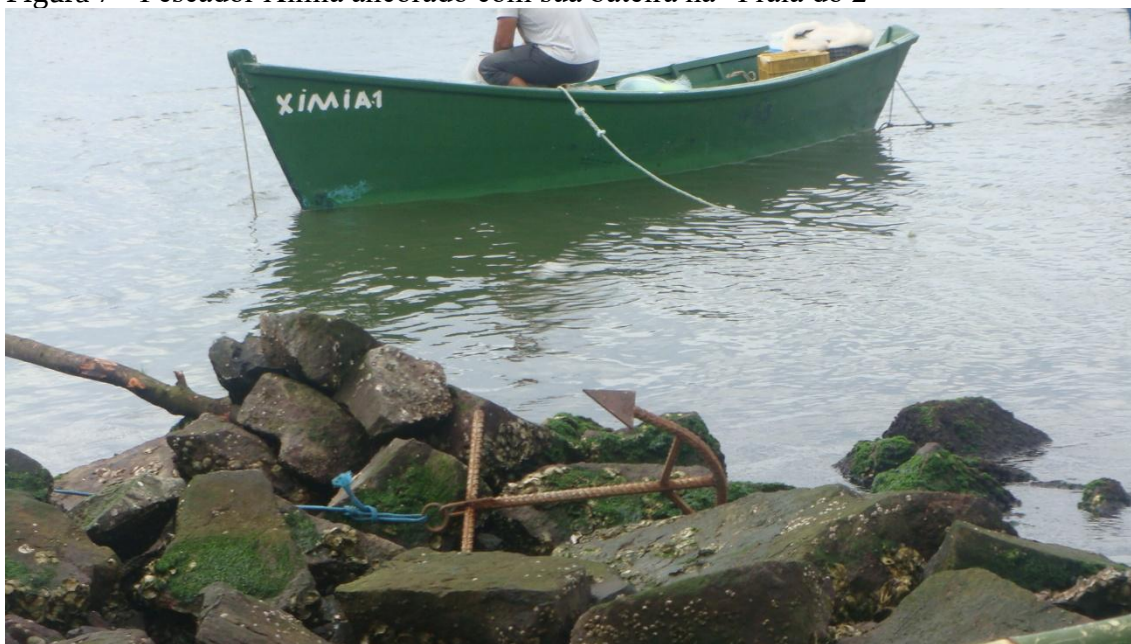
Figura 6 - Pescadores enfileirados em suas vagas na barra da Tesoura



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

⁵ Embarcação utilizada pelos pescadores na modalidade de pesca “da batida” e em locais específicos, como dentro da Lagoa ou na “Praia do 2”, etc.

Figura 7 - Pescador Ximia ancorado com sua bateira na “Praia do 2”



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

Um sistema análogo, organizado por vagas, foi vigente por um período de tempo em Tramandaí sob o nome de *pesca da baliza*. Conta o pescador Maurino que os pescadores fixavam-se com uma “baliza ou uma taquara” que, entre 15 e 20 metros adentro da faixa de areia poderiam organizar-se também por ordem de chegada, sendo as vagas reguladas por um “fiscal”. “Daí – acrescenta Maurino – pescava ali 15, 20, pescador, entre aquela baliza ali. Quem pegasse a primeira... Quem daqueles 15, 20 pegasse uma tainha saía daquele lugar e ia lá pra trás de todos. E o pescador que queria acompanhar o outro dali pra trás.”

Atualmente, porém, a *corrida do boto* na barra do Rio Tramandaí é a principal modalidade, sendo fundamentalmente diferente dos sistema de Laguna e da baliza, na medida em que em lugar das vagas reservadas, os pescadores gaúchos optam por um sistema no qual conta, em grande medida, a percepção de forma ágil dos pontos onde se posicionar de forma dinâmica e veloz, priorizando assim a velocidade com a qual se corre a extensão da faixa de areia do canal até o local propício para lançar a tarrafa ao mar. “Tem que conhecer o peixe, quando o peixe vem, quando é que ele vai”, diz Kauan, o mais jovem dos pescadores entrevistados em Tramandaí, complementando que, somada à experiência, ao conhecimento constituído ao longo de anos e constantemente posto à prova no cotidiano – por exemplo na percepção do “restolho”, o “rastros” que as tainhas deixam na água – uma pitada de sorte não é indispensável.

“Às vezes... não vou te mentir que às vezes é sorte. Às vezes tu bota, às vezes ela corre, que ela vem pra cá e tu bota e pegou. Ou às vezes tu bota pra lá e pega. Um pouquinho de sorte, um pouquinho de experiência, conhecimento.” (Kauan, entrevista transcrita em 02/05/2025)

A efetividade desta captura depende em grande medida das aptidões do pescador experiente e sua percepção da maré, da direção do vento, caso esteja embarcado, do peso de seu corpo contrabalaneando o balançar da bateira e, claro, do movimento da malha de peixes relacionado a todos estes acontecimentos ecológicos. O quadro perceptivo implicado na pesca com tarrafa fora expresso de maneira ampla pelo antigo pescador Braz, de Laguna. Ao falar da pesca de “ressolho”, uma pesca marcada em grande medida pela espera cautelosa pelo momento em que o peixe “de fora” entra no canal, Braz enfatiza o saber *onde* esperar pelos peixes.

“Você senta na pedra, pro lado de dentro dos molhes na nossa barra, você vê eles entram inteiro em cardume assim ó, em cardume com largura de meia braça, mas assim uma tira de 3, 4 metros, aquele pretume, eles vão andando e a anchovinha e a sarda vem por baixo comendo eles e eles saltando.” (Braz, entrevista de 05/2025)

Claro, antes do “onde” há de se saber *quando*. O ambiente indica a época de peixe de várias maneiras, fatores variam, desde o tipo de aves marinhas que sobrevoam o canal em determinada época do ano até a própria temperatura da água são importantes para deduzir tanto a quantidade quanto o tipo de peixe que se encontrará.

“Com essa água fria aí é difícil aparecer um peixe. Eu pra não dizer que hoje não vi nenhuma tainha, eu vi uma tainha, entendeu? Daí ela chegou perto de mim assim, eu acho que nos 30 centímetros de baixo d'água ela se manifestou assim, sabe? Mas foi a única, é que nessa água fria ela passa sempre com a barriga encostada na areia. E quando é a água quente, ela vem se manifestando e espantando o peixinho, que daí ela já vem entocada, né? Espanta o peixinho, vem de morro d'Água, faz um risco aí. Daí a gente que conhece já distingue o que é o peixe vindo ali antes.” (Maurino, entrevista transcrita em 24/09/2024)

O principal indicativo, já mencionado anteriormente, é o vento sul. Com ele vêm a época de entrada dos peixes no canal em direção à lagoa para alimentar-se e para procriação. O pescador Braz explica que a tainha “corseira” acompanha o vento sul pois se trata de um peixe que viaja do Rio Grande do Sul até o litoral catarinense em busca de águas menos geladas para a desova.

“Esse peixe aqui ele vem, ele corre o norte aí, até Florianópolis, pra lá, ele desova pra lá porque a água é quente, aqui ele não desova, a água é gelada. Lá é quente, ele desova lá, aí essa tem ova vermelha ou corseira e tem a outra, também que é tainha e tem a ova branca. [...] Essa solta a ova vermelha e o outro solta a ova branca. Ali eles fecundam, os dois, entendesse? Misturam. Então o ovinho de uma e o ovinho da outra

se colam e formam o filhotinho, aí eles ficam lá no mar, no oceano, crescendo e eles crescem ligeiro. Quando eles tão com 5cm cada um peixinho, aí eu podia levar vocês pra ver, nós vimos isso, isso é fácil de ver, aí esse cardume, esses filhotes tão lá fora lá no oceano, lá longe, de onde não dá de ver nem terra, quando tá na hora deles procurar o alimento, eles vem e entram na nossa barra certinho.” (Braz, entrevista de 05/2025)

Com os indícios de mudança sazonal, o pescador “finca o bambu, fura, faz a marcação e fica ali” em sua vaga, para assim, no momento em que o peixe passar e “dar o sinal”, o pescador atirar a tarrafa para sua captura. “A gente tarrafeiar e pega, a gente conhece né”, complementa Braz.

Tanto em Laguna quanto em Tramandaí a pesca com tarrafa encontra seu local de fruição ao longo do canal que forma o estuário que liga as águas salgadas do oceano às águas doces da lagoa. Grandes estruturas artificiais, como o *molhes* em Laguna e o guia-corrente construído para fixar a margem norte do canal de Tramandaí formaram locais propícios tanto para que os peixes encontrem abrigo e alimento nas pedras quanto para que, seguindo estes peixes, os botos passassem a frequentar os canais, integrando assim este circuito complexo de relações ecológicas que compõe a pesca nestes locais.

“É que como a gente estava ali e por exemplo, nessa época o peixe é de entrada. Então o boto fica ali, e o peixe vem vindo e ele vem acompanhando. E a gente fica paradinho esperando né? A gente já tem a experiência e fica esperando. Quando ele chega mais perto, daí no caso a gente bota a tarrafa. Daí o outro do lado também, bota. Às vezes pega o lá de trás e o da frente não pega. Daí tem mais peixe. Às vezes é o outro para trás. Assim entendeu. Eu pegava muito peixe naquela Costinha na beirada ali. Ele saía por essas beiradas aqui assim e ia para lá porque eu boto apertava e ele enfiava tudo para dentro. O peixe com medo né? De ser comido ele se enfiava todo ali dentro.” (Graxa, entrevista transcrita em 17/05/2025)

2.2. O APRENDIZADO NA PESCA COM BOTOS

Desde cedo, simultaneamente à sua iniciação na pesca discutida acima, os jovens aprendem a perceber os botos, seus modos, suas práticas de trabalho, como estes interagem com os humanos e como sinalizam. Conta o pescador Valdomiro, remontando sua infância, que “toda a vida que eu vinha aqui, eu via o pessoal correndo atrás dos botos”. Dizia a si mesmo: “eles tão pegando tainhas porquê eles estão vendo os botos mostrar”. Tal como na pesca num sentido geral, o aprendizado na pesca com botos está muito atrelado à observação dos mais velhos, que de início figuram como mediadores, ensinando como observar os botos, seus sinais respectivos, como e quando jogar a tarrafa, sempre pondo-se entre os jovens e os botos. Kauan,

pescador de Tramandaí e filho de Valdomiro, expressa a importância de seu pai e dos pescadores mais velhos no seu processo de aprendizado:

“Quando o boto mostrava, o pai só falava 'corre!' E eu corri, eu fui aperfeiçoando e fui escutando muitos, muitos velhos e profissionais falarem que o boto faz isso, que o boto faz aquilo... Por exemplo: se eu pegar uma pessoa assim e perguntar pra ela o que o boto faz, ela vai falar: ‘ele vai encurralar o peixe e vai mostrar o peixe para o pescador. O que sobrar vai pra ele... o que o pescador vinha... é pro pescador’, eu comecei, eu comecei a ver: ‘nossa... o boto faz isso, faz aquilo... cada sinal é uma coisa e cada sinal é outra’.” (Kauan, entrevista transcrita em 02/05/2025)

Comunidade, pescador de Laguna, também tratando do processo de aprendizado na iniciação à pesca com botos, diz o seguinte:

“Na primeira vez que tu vai pescar, tipo assim, os mais velhos já sabem né, mas tu vai pescar tu fica focado na água e tu vê qualquer boto levantar a cabeça e tu acha que é pulo, porque tu não entende, tu não conhece, tu não sabe. Aí tudo quanto é botinho que pular ou levantar a cabeça tu já tarrafeia, porque tu acha que é peixe, mas as vezes não é. Talvez é só o botinho que tá só espiando, as vezes o botinho tá cuidando do peixe, entendeu? As vezes ele não tá pulando, ele tá cercando por fora, acompanhando o peixe quietinho, preparando pro ponto de pesca certo pra ele pular.” (Comunidade, entrevista de 18/05/2025)

Assim como os pescadores ensinam aos seus jovens, os botos, observam os pescadores que também iniciam aos filhotes por procedimentos muito similares. “Porque é que nem uma mãe ensinando o filho — brinca Valdomiro —, as vezes eu ainda brinco com eles aqui. Eu digo pra eles: ‘quando a Geraldona vem sozinha, é porque o filho tá na creche!’”. Como que espelhando o arranjo e a coordenação entre pescadores e jovens, os botos põem-se entre o pescador e seu filhote. Tal como o pescador humano, a iniciação do boto na pesca também é um processo de integração a este campo de atividades já há muito estabelecidas por seus antecessores. A repetição de habilidades aprendidas estabelece-o como parceiro de trabalho dos pescadores.

“O boto aprende bastante com o pescador. E como ele tá com a mãe dele, às vezes eu fico imaginando: será que ela fala com ele assim? Mostra pra ele: ‘aquele lá é o melhor da Barra, mostra pra ele’; ou ‘aquele ali, mostra ali pra ele’ [...]. Acho que ela deve explicar pra ele, ou ele deve sentir, né? Porque quando a gente pesca, a gente tem o sentimento pelo boto. A gente transmite o sentimento pro boto, entendeu? Eu fico imaginando isso. Será que ela fala com ele, ‘tem que vir todo dia aqui e dar peixe pra eles’, e isso e aquilo... ‘E tu mostra assim, tu mostra daquele jeito, e lá é de outro jeito’.” (Kauan, entrevista transcrita em 02/05/2025)

Na pesca colaborativa, a força de resistência direta (peixe-pescador) é substituída por uma conduta que advém da ação complementar do boto empregando seu corpo como objeto. O

comportamento, aqui, precisa ser conformado às exigências de uma *outra* conduta que se implica de forma auxiliar (tanto do ponto de vista do pescador quanto do ponto de vista do boto) triangulando assim os momentos essenciais da pesca (pescador-peixe-boto) ao redor do qual se constituirá um circuito mais amplo que compõe o esquema operatório da pesca com boto. Emprega-se a percepção num sentido multiescalar. Para além do comportamento do próprio boto, a atenção dos pescadores volta-se aos elementos que dão forma a este comportamento, que o “regulam”.

“O cara tem que saber o jeito que a maré faz e o jeito de cada boto. Porque cada boto tem um jeito de pegar o peixe. A maré vai encher água e ele vai pegar mais lá. A maré vai vazar e vai pegar mais aqui. Vai se colocando de acordo com os botos.” (Safico, entrevista transcrita em 11/06/2025)

Acontece que, numa situação onde do outro lado da lâmina d’água um boto se envolve neste jogo entre o pescador e os peixes, as “regras” tradicionalmente vigentes na pesca apenas com tarrafa sofrem uma mudança significativa. Neste novo contexto, a percepção da malha de peixe perde sua prioridade. O comportamento especializa-se em outra direção. Expresso por Safico, antigo pescador de Laguna, pegar ou não pegar peixe, nesta situação, depende em grande medida de “saber qual é o boto que vai pular pra ti”, porque “cada um vai ter o seu jeitinho”. Aqui, as resistências das tainhas despontam para ambas as partes, exigindo que a conduta de ambas as partes seja transformada conforme a determinação da “resposta” dos peixes.

“Quando o peixe vem mais devagar, sempre fica na poladeira. Quando o peixe já vai corrido, sempre fica na tarrafada da frente. Ele nunca vai ficar atrás. Dificilmente vai pegar um peixe atrás. Sempre na frente do boto. Quando é uma puladinha mortinha, geralmente é do meio do boto pra trás. Então, tem essas manias que o cara vai pegando de cada boto.” (Safico, entrevista transcrita em 11/06/2025)

O boto passa a integrar este sistema através da tática de “encurrular” os peixes para que os pescadores, ao atirarem suas tarrafas, tenham maior chance de sucesso na captura do cardume. Feito o cercamento, há uma série de sinais que comunicam ao pescador tanto os momentos em que o boto indica que vai “cercar” os peixes quanto o momento em que o pescador deve atirar sua tarrafa (Figuras 8 e 9). É precisamente nesta triangulação entre botos, tainhas e pescadores que está o núcleo da relação, mais especificamente, nos modos de sinalização através dos quais está operante um modo de comunicação não verbal sofisticado,

onde botos e pescadores “se entendem” através de sinais analógicos e cinestésicos (Bateson, 2025).

“Ele cerca o cardume, aí ele pula, ele vem cercando e ele deixa o peixe entre o pescador e ele. E pula, nós conhecemos o pulo dele, porque tem o pulo que é com peixe e o pulo que é sem peixe, e tem o pulo que é uma tainha só, as vezes é umas dez tainhas, tudo isso nós conhecemos. Cada quantidade de peixe é um jeito.” (Braz, entrevista de 05/2025)

Figura 8 - Pescador Ximia preparando-se para jogar a tarrafa após a sinalização do boto



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

Figura 9 - Pescador Ximia jogando a tarrafa após a sinalização do boto



Fonte: autoria própria, Laguna (SC), maio de 2025.

Os botos e os pescadores se implicam nesta pesca. Com a reposição dos componentes pelos quais um sistema mental mantém-se estável as características dos objetos e dos agentes que participam do circuito vão sendo definidas ou “filtradas”, sendo alguns componentes em seu feixe de determinações priorizados em prol de outros. Isto quer dizer que, numa situação como esta, onde o que se está sendo especificado é o comportamento, a partir do momento que consideramos que, de ambos os lados da lâmina d’água, estão sendo efetuados gestos técnicos que põem em movimento o esquema operatório, então, tanto boto quanto pescador são ensinados uns pelos outros através de ações às quais devem responder. Assim, a pesca com auxílio de botos pode ser pensada como um “modelo reduzido” de recursividade, no qual o comportamento de ambos se configura sendo negado por restrições abrem espaço para movimentos específicos e especificados (*enabling constraints*) (Bateson, 2025, Negarestani, 2018).

“Tipo assim, quando os botinhos são novinhos eles ensinam nós e também nós às vezes ensinamos eles, porque a gente perde um tempinho, tipo assim, ele tá ali pulando mas tu sabe que não tá pegando nada, sabe que ele pula em qualquer peixinho que passar, pequeninho, grandão, mas mesmo assim tu tarrafeia, porque a maneira que tu vai tarrafeando tu vai ensinando ela e ela vai também te ensinando. Entendeu? Tu aprende com ela e ela também aprende contigo. Porque ela vai ficando experiente naquela situação, ela vai ficando mais velhinha e vai pegando experiência. É igual o Natalino, quando ele era igual a Mamipé novinha, lá embaixo, meu Deus, era arranca braço, nós chamava ele de arranca braço, porque meu Deus ele pulava até num pinga

d'água que pingasse ele “tum”, aí a pessoa não sabia e botava [a tarrafa], pegava nada. Mas é porque é botinho novo, a Fúria mesma coisa, agora hoje não, agora são mais velhinhos, são uns botinhos experientes já pegam malhaço de peixe. São bem bom, todos os dois. E essa aí não vai ser diferente, a Mamipé não vai ser diferente, vai ser uma botinha boa mesmo.” (Comunidade, entrevista de 18/05/2025)

Por este caráter mutuamente implicado, as práticas de trabalho diferem entre Tramandaí e Laguna. Valdomiro explica esta diferença destacando o papel da prática junto aos botos e como esta é fundamentalmente diferente dependendo da região em que se está inserido. “É – segundo o pescador – porque cada um tem a manha das barras”. A barra de Tramandaí, onde os pescadores aprenderam a pescar com a bota Geraldona engendra um tipo de relação muito diferente do que a que se pode observar na barra onde os pescadores aprenderam a pescar com Scooby, Caroba, Juscelino. Da mesma forma, a barra onde Geraldona aprendeu a pescar engendra relações fundamentalmente diferente da barra onde Natalino está aprendendo a pescar. A própria prática é especificada e configurada segundo as condições do ambiente. Técnicas diferentes emergem para situações diferentes, a despeito de conservarem todas a estrutura básica da pesca com boto. Isto fica claro no exemplo do antigo pescador Braz, ao falar da diferença entre a pesca do pulo e da batida.

“A **batida** é o seguinte, o cardume tá ali mas tá meio espalhado, então ele vai por baixo d'água, vai bem encostado nos peixes e os peixes com medo se juntam tudo, aí onde ele faz esse risco com o rabo, é um risco de uns 2 metros, aí o peixe ficou no começo do risco, aí a gente já sabe e tarrafeia ali e dá tarrafada grande de peixe. Porque funciona assim, se você fosse tarrafeiar na **pulada**, você dá uma tarrafada de 30 peixes, vamos dizer, mas você deixando bater você traz mais de 50 peixes que o peixe se junta mais ainda, a tarrafa pega mais peixe ainda, entendeu? Tem que esperar a batida. Não, mas é bem em seguida ele só pula já faz aquela e os peixes se juntam, embolam tudo, aí a tarrafa pode ser pequena não tem problema, é tarrafada grande de peixe, por exemplo lá no rio é assim a pescaria, lá eles não tarrafeiam na pulada como nós aqui, lá é na batida, só na batida, lá eles tem respeito.” (Braz, entrevista de 05/2025)

Estas convenções que regulam as práticas de acordo com situações específicas são de grande importância para a perpetuação da prática. Em situações específicas é a reiteração recursiva da prática que cimenta o aprendizado, tanto do lado dos botos, quanto do lado dos pescadores. Com isso, percebe-se uma preferência geral pela pesca com os botos. Gegê, de Laguna diz que “com boto é uma coisa assim, tá esperando o boto pular, tu sabe se o boto pular é peixe”, mesmo que as vezes o peixe seja “miudinho” e atravesse a malha da tarrafa, “geralmente é peixe”. Erros, tarrafadas em momentos inoportunos ou mesmo formas específicas de se pescar em momentos ou locais inadequados são repreendidos. Os botos

“querem mostrar direitinho”, diz Graxa, mas quando se “bota a tarrafa” antes do tempo, por exemplo, isso prejudica a sequência intricada de gestos técnicos que dá forma à pesca.

“O bicho tá se ajeitando pra mostrar e já voa a tarrafa. O bicho fica perdido, né? Eles desistem. Deixa o peixe, vai pro outro lado. Entendeu? É que nem nós, o ser humano: está fazendo alguma coisa, um bate, uma coisa, outra coisa, já se desnorteia o cara... esquece até o que estava fazendo. O bicho deixa o peixe ali e sai fora” (Graxa, entrevista transcrita em 17/05/2025)

Por isto, uma interrupção na sequência é vista pelos pescadores como um desserviço à fluidez da pesca. Queixas direcionadas a pescadores amadores, que por desconhecimento ou falta de prática acabam por interromper a comunicação entre pescadores experientes e botos são numerosas. Isto, ao fim e ao cabo, acaba por confundir o boto. “Estraga o boto”, diz Braz.

“Agora nós temos uns botos aí, mas ainda quase não tem nome porque eles são uns botos muito agoniados, não trabalham direito no peixe. Eles não sabem trabalhar, cercar o peixe pra nós. Agora está acontecendo assim ó, tem dez pescador por exemplo, ele pula pra mim com o peixe, eu tarrafeio, esse boto de agora, o peixe não tá aqui, o peixe tá três, quatro pescador pro lado de mim, então já é um bicho que não aprendeu a trabalhar bem, então o pessoal reclama muito.” (Braz, entrevista de 05/2025)

3. O TRABALHO DO BOTO-PESCADOR

O ponto de referência no qual gravita e que dá movimento ao esquema operatório da pesca com boto é também o aspecto que dota os botos de uma dignidade que os põe como que “ontologicamente nivelados” junto ao pescador. Mutuamente implicados nesta forma de vida, apoiando-se um nos sinais do outro, os botos e pescadores constituíram ao longo de décadas esta dinâmica peculiar, na qual sua capacidade de sincronizar-se com seu duplo do outro lado da lâmina d’água é o que mantém o equilíbrio desta relação interespecífica, e esta capacidade é nomeada pelos pescadores como “trabalho”, que é o que fundamentalmente os iguala.

As práticas de trabalho são a forma mais direta de comunicação plenamente não-verbal entre botos e pescadores. Trata-se de um plano onde boto e pescador tem uma via de acesso à alteridade, e que, portanto, pode dar origem a formas de categorização de coisas, agentes, relações e, por vezes, afetividades, como nomes próprios e apelidos. Maurino, de Tramandaí, explica que o nome que se dá ao boto depende do jeito que o boto “requebra perto do pescador”, e que a partir daí surgirá organicamente um “apelido”. A bota lagunense Chinelo, por exemplo, fora nomeada desta forma porque, de acordo com Braz, de Laguna, ela “batia a cola na água como se fosse um chinelo”.

É sempre em referência à sua capacidade de trabalhar que os botos são categorizados, recebidos como parceiros ou relegados ao mar. Pressupõe-se que o boto que nasceu que trabalha seja, também, um “boto bom”. Nas palavras de Kauan, “a maioria deles são bons, só que esses mais novos... tem uns que são menos experientes, que eles não estão mais aprendendo, né?”. Botos bons estabelecem jeitos específicos de trabalhar, únicos em seus gestos. No seu “fazer” eles criam laços de trabalho com os pescadores, que passam a os reconhecer através de suas práticas.

“Geralmente é três ou quatro botos que fazem a batida, é bem raro o Borracha fazer como fez, Princesa, geralmente o cara bota as tarrafas na pulada dele, mas se tu deixar apertar na batida lá na vez que o cara deixa muito apertar né, a Botinha do Rio é uma bota que abre batida direto e o Cabeção custa a abrir batida, quando abre, mas é mais a Botinha, dá o segundo, o terceiro pulo se ela tá atras de peixe ela já abre a batida em seguida. Abre duas vezes, três vezes, geralmente o cara não deixa duas ou três vezes, deixa já na primeira chega lá e sabe que o peixe tá ali, aí a bota se cansa muito né. Lá tem gente que o cara fica lá na batida eles deixam o boto pular muito, aí a bota cansa, nós já largamos pra deixar a bota trabalhar de novo, pra não se cansar né. Porque geralmente pode pegar oito, dez, quinze lotadas de peixe seguidas, se abrir três batidas e deixar a bota se cansar, só bater a cola e vem embora.” (Gegê, entrevista de 17/05/2025)

Comunidade, de Laguna, diz que “se tu conhecer [o boto], tu vai saber onde tá o peixe, onde ele botou o peixe. E se tu não souber tu não pega nada”. Este conhecer o boto vai desde saber ver seus sinais por debaixo d’água – seu característico “borbulho”, por exemplo – até saber onde eles costumam se posicionar para pescar. O que importa é que, a despeito de como cada boto opera seus gestos técnicos, “os botos *trabalham* da mesma forma, do mesmo jeito”, diz ainda Comunidade, complementando que “depende o lugar”. Gegê diria ainda que “tem dia que o cara fica o dia inteiro na espera e custa a ver dois, três peixes o dia inteiro, e com o boto, se o boto tá ali e passar no fundo e sentir o peixe, ele pega”. Na Lagoa de Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, a Botinha do Rio irá *trabalhar* com os pescadores da mesma forma que, em Tramandaí, na barra, Geraldona irá mostrar os cardumes encurralados, às vezes, como conta Gegê, através dos mesmos sinais.

“Aqui tem o borbulho do boto igual Tramandaí, já tarrafeiei no borbulho do boto, em Tramandaí quando o boto borbulha lá a Geraldona né, quando borbulha eles sabem que é peixe e eles tarrafeiam, aqui também, o boto faz jeito, borbulhou, tá espiando algum peixe na costinha aí, alguma tainha, um peixe maior.” (Gegê, entrevista de 17/05/2025)

É sabido que a pesca com boto deriva “logicamente” dos mesmos fundamentos da pesca sem boto, mas pescador que aprende a pescar com o boto está apto para pescar sem o

boto, enquanto que, do contrário, é necessário que se desenvolvam habilidades perceptivas e técnicas corporais complexas ao longo de anos. Claro que também não pode haver pesca sem tarrafas, que por sua vez não existem sem um artesão que as confeccione, etc. Tratam-se de acontecimentos no tempo, mas a própria temporalidade aparece como objeto histórico quando situamos nossa análise no nível dos esquemas operatórios. Uma “temporalidade dos esquemas operatórios” implica em uma historicização de diferentes sínteses sociais que o compõem, uma vez que o social é sintetizado através do retrabalho, em sentido estrito e sentido linguístico das circunstâncias (Giannotti, 1983).

Acontece que a linguagem é este lugar onde todo o processo é resumido, abstraído, e que dá por encerrado o circuito inteiro. Coisas, agentes ou mesmo relações e gestos são nomeados graças a este circuito identificador em seu processo de reposição. A linguagem aparece em campo como algo que nos faz “ver o que está acontecendo”, de forma que fica claro como o mesmo boto pode “brincar” ou “mentir”, da mesma forma que pode “pescar” e “trabalhar”. Similarmente, relações como a partilha de peixes podem incluir os botos num registro de dádiva, na qual uma reciprocidade mante-se horizontalmente, como também pode-se pensar no boto como “malandro” que “rouba as tainhas por debaixo da Tarrafa”, como no caso emblemático do boto Lobisomem em Tramandaí ou os botos “traíras”, de Laguna, como reclama Gegê, dizendo que por vezes “o peixe passa na tua frente e ele [o boto] não pula, vai passando pelo seco, não pula”. O boto *conta* de maneiras diferentes nos diferentes esquemas operatórios, o que é o mesmo que dizer que seu corpo e seu fazer são estipulados dentro de uma ou outra função determinada por sua participação nesta ou naquela situação. Neste sentido, enquanto componentes circuitados a um sistema mental, botos e pescadores são positivamente constrangidos. Isto significa que o que fundamentalmente importa na analítica da pesca com botos é olhar para a maneira como o esquema operatório mantém a si mesmo, o que é o mesmo que dizer que, ao integrar o sistema mental, devemos priorizar a analítica do trabalho.

“A tarefa consiste então em reduzir os problemas até uma esfera em que regra e suas condições de efetivação, forma e conteúdo, se imbricam intimamente. Posto que nenhuma sociedade logra manter seu metabolismo social sem alinhavá-lo a seu metabolismo com a natureza, posto que qualquer sociedade pereceria rapidamente se seus membros deixassem de trabalhar e produzir o que necessita, encontramos no trabalho uma condição básica de sua existência. A tarefa agora é mostrar como o trabalho, na qualidade de esquema operatório, onde se imbricam homens e coisas, instaura formas de sociabilidade capazes de se medirem a si mesmas, de relacionar-se com seus próprios conteúdos.” (GIANNOTTI, 1983, p. 60)

O circuito do trabalho cria um campo que permite que se forme uma “classe” de agentes aglutinada por seu comportamento em contraste com outros comportamentos possíveis. Cria-se uma forma lógica que situa os botos na multiplicidade de golfinhos, e os “botos bons” ou “botos ruins” na multiplicidade dos “botos”. Como? O *trabalho*, justamente, é um atributo que é objetificado, subscrito numa outra série de atributos apreensíveis que são as ações dos golfinhos e dos pescadores. Se define o “boto” como uma classe de equivalentes que trabalham, sendo a capacidade de trabalhar uma propriedade que é equivalente para indivíduos diferentes. Uma comparação como esta que estabelece entre os elementos uma relação de equivalência o faz abstraindo um “pedaço” do conjunto que satisfaz aquilo que se está sendo classificado. Daí, deriva um conjunto daquilo que não é definido por aquela propriedade. Por isso diferenciam-se: a) os botos bons, aqueles que trabalham e cujas interações reiteradas levaram aos pescadores criarem laços de afinidade; b) os botos ruins, “vadios”, aqueles que ainda mantêm interações frequentes com os pescadores, que, por fazerem parte do conjunto de indivíduos que habita os canais, tem a capacidade de trabalhar, mas que, por buscarem sempre “roubar” os peixes, são entendidos como um “obstáculo” à pesca; c) enfim, os golfinhos ou *caldeirões*, que passam ao largo da costa, cuja relação é de distância por não participarem na pesca colaborativa, permanecendo em alto mar.

O boto será objetificado sob a característica “bom”, e a “botidade” de alguém depende da sua capacidade para o *trabalho*. Assim, o trabalho como propriedade relacional é pressuposto como propriedade abstrata da qual um subconjunto participa. Um boto é “boto” porque *trabalha*. Acontece que não se “produz” um boto com um predicado considerado, o que de fato acontece é que se separa dos múltiplos existentes (golfinhos) aqueles que correspondem ao predicado (trabalhar). Tem de se pressupor esta propriedade ou conjunto de propriedades capaz de determinar e discriminar o conjunto de base para que se possa emprestar autonomia à propriedade comum dos elementos equivalentes. Essa propriedade comum entre os subconjuntos passa a ser tomada como um *algo*, um *mesmo*, cujo indivíduo concreto vem a ser representante. Claro que há, por trás de todo esse processo, o ato concreto que está na “infraestrutura” dessa relação de representação à qual o discurso depende. Giannotti esclarece este processo com o sucinto exemplo da pesagem:

“O ato concreto de pôr o ferro e a pedra na balança faz com que o peso pressuposto do ferro se reponha na pedra, agora porém dotado de um número. O atributo em si ressurgue determinado como atributo para si. Isto, porém, em virtude duma apreensão

concreta do pedaço de ferro, da utilização de sua identidade como coisa, da manipulação de sua individualidade no sentido de fazer manifestar o peso da pedra. Daí a identidade do ferro consistir numa desigualdade consigo mesma, numa identidade que se quebra a fim de revelar outra de que o ferro e a pedra participam.” (GIANNOTTI, 1983, p. 30)

No esquema operatório analisado, agenciam-se pescador-[-*bateira*, por vezes]-tarrafaboto-peixes, bem como maré, ventos e outros demais componentes da paisagem de forma a circular-se numa rede de relações sistêmica e recursivamente reiterada. Todos estes elementos em interação dão forma à prática por meio do “estreitamento do horizonte de possibilidades” que regula o comportamento dos agentes nela implicados. São propriedades concretas e efetivas em perpétua reposição que se ajustam para cumprir esta função social que é a pesca com boto. Como um todo, o esquema operatório desta pesca colaborativa pode ser entendido através da dinâmica de incorporação de “jogos” de complexidade menor por meio de práticas semânticas de maior complexidade, ocorrendo assim uma reformatação de interações de “baixo-nível” que são como que “puxadas” por interações de “alto-nível” (Wolfendale *apud* Negarestani, 2018) conforme a ação transformadora do trabalho (Giannotti, 1983). A determinação do comportamento e a série de negações nele operadas pela prática configuram-no de acordo com aquilo que é relevante, no limite, o especificando ao mesmo tempo que o abstraindo.

O que o circuito da pesca faz despontar é como, ao defrontar-se em sua diferença com o boto, o atributo que estava no pescador, sua capacidade de trabalhar, aparece também em seu outro. Ao adentrar o circuito da pesca com o boto, torna-se manifesto para o pescador que o engajamento do animal no esquema operatório revela uma identidade, sob a forma de um atributo, à qual ambos participam: a do trabalho. Boto e pescadores trabalham, e trata-se, antes de mais nada, de identificar este atributo como o próprio processo pelo qual o trabalho como objetividade se torna independente no correr de um processo em sua recursividade. O trabalho enquanto atributo na pesca com botos só existe como relação social daqueles que repõem os componentes do esquema operatório, sendo este um processo de constante produção e reposição.

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Fomos recebidos num fim de tarde de maio de 2025 na casa de Seu Braz e sua esposa depois de um longo dia de observação na barra da Tesoura. Com seus 80 anos, já não mais frequentava o dia-a-dia do complexo lagunar com o mesmo vigor que em sua juventude o fez pescador. Não obstante, mantêm-se imerso no mundo da pesca, seja indo eventualmente com

seu barco motorizado lagoa adentro, seja fabricando “com capricho” as tarrafas para as novas gerações de pescadores. Olhando para traz, lembrando dos tempos em que na folga de seu serviço no porto em Imbituba atirava-se ao mar junto a outros sua geração que pescavam na Barra, na Ponta de Baixo, no Rio ou na Toca da Bruxa com Galha Torta, Marusca, Chinelo e outras bôtas boas e botos bons e já falecidos, o relato de Seu Braz apareceu para nós como um prisma através do qual passado e presente da pesca com botos são experienciados em Laguna.

Braz descreve as convenções de nomeação dos filhotes, como as bôtas integravam botos na pesca por deixá-los pular quando havia somente “uma ou duas tainhas”, preocupadas em pôr-se afrente dos pequenos para que não se enrosquem na rede, bem como a maneira pela qual os pescadores reconheciam e agiam segundo situações postas do outro lado da lâmina d’água, seja com boto, seja sem boto. “É uma beleza a pescaria”, diz com uma mistura de admiração pelo ofício e nostalgia. Sua história se confunde com a história de Laguna, da paisagem que fora se modificando conforme o passar dos anos, mas também com a história da pesca com os botos, que apesar de permanecer a mesma em suas operações básicas, é também tão fundamentalmente diferente do que foi há quarenta anos.

Animais e humanos habitam o mundo participando ativamente em seu fazer, e não há exemplo mais claro de um mundo compartilhado do que esta relação de “vizinhança” entre humanos e botos, ambos, à sua maneira, construindo ambientes, edificando vidas que se cruzam e, por vezes, fluem na mesma direção. E quanto respeito! “O boto tem uma ciência”, diz Braz, uma ciência corpórea, que experimenta com os limites da percepção de seu duplo, trabalhando-a e modificando-a tão profundamente que é capaz de se estabelecer um plano de comum entendimento a partir do qual podem-se erigir estruturas sólidas de comportamento e vias concretas de comunicação.

Seu Braz viveu e pescou numa época onde o que se entendia sobre a participação dos botos na pesca era muito diferente do que veio a ser o consenso da comunidade científica, de que botos tem uma agência que transborda os limites do “mando” humano. Em momentos de sua entrevista, Braz retoma uma terminologia que remonta aos tempos de sua juventude quando se considerou que os botos trabalhavam para o pescador. Ao mesmo tempo, porém, também deixou claro que não poderia se constituir tão longinquamente amizade entre humano e boto se um não pudesse ver tamanha semelhança em seu outro. Para ambos, a diferença é experienciada como via de acesso a um mundo dissonante, cujo sentido comum é estabelecido pela sua igual condição de pescador. “Ele é uma pessoa” afirma Braz, “eu considero como um ser humano

né? A inteligência dele...”. Como pescador, o boto é o duplo do humano, e como parte integrante do ambiente costeiro, o pescador é o duplo do boto, por isto, esta forma de vida é melhor descrita como a do boto-pescador, na qual um não existe como tal sem a presença do outro, onde o que não pode ser visto com olhos de homem pode ser revelado pelo corpo do animal, e onde o que não se alcança abocanhando se captura com uma tarrafa.

REFERÊNCIAS

- Bateson, Gregory. **Rumo a uma ecologia da mente**. São Paulo: Ubu, 2025.
- Benjamin, Walter. **Obras Escolhidas, Volume 1**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.
- Bannwart, J.P. (Elab.). **A pesca artesanal marinha em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2014. 56p. (Epagri. Boletim Didático, 113).
- Catão, Brisa. **Impressões na água**: peixes, botos e pescadores na pesca conjunta em laguna (SC, brasil). 2019. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- Deleuze, Gilles. **Lógica do Sentido**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Deleuze, Gilles. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Despret, Vinciane. **O que diriam os animais?** São Paulo: Ubu, 2021.
- Devos, Rafael; Vedana, Viviane; Barbosa, Gabriel Coutinho. Paisagens como panorama e ritmos audiovisuais: percepção ambiental na pesca da tainha. **Gis - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-58, 23 jun. 2016. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2016.116350>
- Devos, Rafael Victorino; BARBOSA, Gabriel Coutinho; VEDANA, Viviane. Fish news: perceptual skills, technique and distributed cognition in mullet fishing. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 16, p. 1-23, 07 maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412019v16d550>.
- Giannotti, José Arthur. **Trabalho e Reflexão**: ensaios para uma dialética da sociabilidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Giannotti, José Arthur. **Exercícios de Filosofia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980
- Heidegger, Martin. **Ensaio e Conferências**. 8. ed. Campinas: Vozes, 2012.
- Helmreich, Stefan. Nature/Culture/Seawater. **American Anthropologist**, [S.L.], v. 113, n. 1, p. 132-144, 15 fev. 2011. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-1433.2010.01311.x>.
- Ingold, Tim. **Antropologia**: para que serve. Petrópolis: Vozes, 2019.
- Ingold, Tim. **The Perception of the Environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge. 2. ed. 2022.
- Ingold, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2018.
- Negarestani, Reza. **Intelligence and Spirit**. Padstow: Urbanomic, 2018
- Peterson, Débora; Hnazaki, Natalia; Simões-Lopes, Paulo César. Natural resource appropriation in cooperative artisanal fishing between fishermen and dolphins (*Tursiops truncatus*) in Laguna, Brazil. **Ocean & Coastal Management**, [S.L.], v. 51, n. 6, p. 469-475, 2008. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2008.04.003>.

Pryor, Karen et al. A dolphin-human fishing cooperative in Brazil. **Marine mammal science**, v. 6, n. 1, p. 77-82, 1990.

Sautchuk, Carlos Emanuel. Cine-weapon: the poiesis of filming and fishing. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 406-430, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1809-43412012000200015>.

Strathern, Marilyn. **O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios**. São Paulo: Ubu, 2017.

Wittgenstein, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores)